



ST 16 – AS DESIGUALDADES E A CAPACIDADE DE ATENÇÃO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ENTRAVES DA RETENÇÃO NA PANDEMIA DO COVID-19 NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB

Caroline dos Santos Lima/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Andréa Alice Rodrigues Silva/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Albany Mendonça Silva/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Gabriele Ribeiro Queiroz/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo:

O estudo se propõe a problematizar o processo de retenção dos discentes e conseqüentemente seu prolongamento no curso, haja vista o crescimento dos índices de desistência dos alunos matriculados no componente de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Tal situação se agrava nesse cenário de crise sanitária, com a suspensão do ensino presencial e implementação da modalidade remota. Para tanto, busca-se delinear os entraves e os diversos fatores que refletem esse processo de retenção no contexto pandêmico, tomando como referência o método histórico crítico. O estudo respaldou-se na análise dos dados, buscando investigar as reais dificuldades que impactam no processo de integralização do ensino. Dentre as razões, destaca-se que os motivos de retenção estão associados aos problemas de sobrecarga de trabalho, dificuldades de introjetar os processos acadêmicos, o acesso limitado a materiais digitais e as dificuldades emocionais para lidar com as exigências e prazos acadêmicos. Ademais, percebem-se também os processos de estranhamento diante dessa nova configuração, principalmente quando observamos que são diferenciados os processos dos estudantes para lidarem com as condições adversas que são atravessadas pela inserção de classe, gênero e raça e que marcam as múltiplas dimensões da vida universitária, a saber: social, pessoal, acadêmica, vocacional. Tais fatores são imprescindíveis para problematizar o processo de retenção e permanência nesse contexto.

Palavras-chave: Formação profissional. Trabalho de conclusão de curso. Retenção acadêmica.

INTRODUÇÃO

A retenção estudantil tem sido objeto de estudo e torna-se uma questão complexa que antecede o cenário de pandemia, mas pode ser agravado nesta circunstância, especialmente para os alunos formandos, que estão matriculados no componente de Trabalho de Conclusão de Curso. Observa-se que esta problemática ocorre a partir do número crescente de alunos que se matriculam e não conseguem concluir seus estudos e são reprovados.

O rendimento universitário está diretamente associado com o tempo direcionado para a construção dos projetos acadêmicos; para os alunos trabalhadores, que compartilham seu tempo entre a universidade, o trabalho e demandas pessoais, isso se torna um desafio. O TCC é um reflexo dos quatro anos de formação, alicerçado na capacidade de articulação do indivíduo e também na sua experiência com a escrita acadêmica e com a cultura universitária.

No contexto de crise capitalista, o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais da classe trabalhadora, deste modo o ensino superior é visto como uma possibilidade de mobilidade social, sendo cada vez mais almejado, sobretudo após a ampliação das vagas e expansão das universidades federais e também com a inserção de programas alicerçados nas faculdades privadas, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI)¹.

Desse modo, essa problemática não pode ser dissociada de uma análise sócio-histórica, que contemple tanto os aspectos formativos, quanto às condições objetivas de vida que atravessam a formação profissional. O novo perfil assumido pela universidade brasileira após o processo de democratização do acesso ao ensino superior nos traz a necessidade de refletir sobre os conceitos de permanência e principalmente sobre as questões que implicam a afiliação institucional.

Esse ingresso ampliado, apesar da criação das políticas afirmativas, carece de políticas públicas que oportunizem subsídios não só para o ingresso, mas também para a finalização do curso. O Trabalho de Conclusão de Curso no Serviço Social é o momento de articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Com o desmonte das universidades e a mercantilização do ensino superior, o rendimento acadêmico é diretamente impactado, sobretudo no momento de finalizar o curso.

O fenômeno da retenção torna-se uma questão complexa e que se agrava no cenário de pandemia, especialmente para os alunos formandos, que estão matriculados no componente de Trabalho de Conclusão de Curso. Na instauração do ensino remoto, outras nuances foram adicionadas

¹ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) do Ministério da Educação oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação. Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até 3 salários mínimos, o estudante não deve possuir diploma de curso superior e ter participado do ENEM e obtido, no mínimo, 450 pontos de média.

aos problemas existentes, como o acesso limitado à internet e aos equipamentos digitais. A partir de 2020, as condições subjetivas foram intensificadas, a produção científica para este grupo específico já estava complexa no momento antecessor, e quando se acrescentam os impactos da crise sanitária e econômica essa problemática se agrava.

A crise econômica e epidêmica que se instalou no país tem acirrado as condições de sociabilidade da classe trabalhadora. Esta crise tem desnudado as desigualdades sociais, e consequentemente tem impactado nos processos de acesso e permanência dos estudantes no contexto universitário. Registra-se que há um crescimento dos índices de retenção dos alunos motivados por diversos fatores materiais e simbólicos.

A partir da introdução das medidas restritivas de proteção, decorrentes do agravamento do processo de contágio pandêmico, as aulas são suspensas e introduz-se o ensino remoto, o qual modifica o processo de reorganização do trabalho e, consequentemente, do processo de ensino-aprendizagem. Cabe salientar que essas medidas são fundamentais, mas insuficientes para combater o vírus, enquanto não se amplia o processo de vacinação da população. É importante registrar que os riscos de disseminação do vírus e a ausência de investimento em uma política de vacinação têm sido responsáveis pela morte de aproximadamente 550 mil pessoas.

Em termos metodológicos, o estudo baseia-se no levantamento dos discentes matriculados em TCC nos dois últimos anos que antecederam à pandemia, em consonância com os estudos sobre retenção, com vistas a elucidar-se como parte integrante do curso, agentes reflexivos e produtores de conhecimento. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da literatura especializada sobre Educação e Formação Profissional na perspectiva de subsidiar o estudo das categorias. E, por fim, entrelaçar o cenário posto com os embates gerados na pandemia, a fim de perceber os possíveis agravamentos. Para tanto, buscou-se problematizar o processo do ensino remoto no contexto de crise pandêmica e o ultraneoliberal e refletir acerca dos desafios do processo de retenção no curso de Serviço Social.

CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA E FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A crise econômica e epidêmica que se instalou no país tem acirrado as condições de sociabilidade da classe trabalhadora. Esta crise se configura no cenário de crise do capital e desmonte das políticas sociais, nos marcos da ascensão do neoliberalismo de ultradireita; por promover ampla instabilidade política, atacando instituições e por adotar uma política econômica austera que tem impactado nos processos de acesso e permanência dos estudantes no contexto universitário.

Esse processo de avanço da direita e de retrocesso no campo dos direitos vem sendo construído historicamente, desde 2014, em oposição aos governos petistas e se agrava com o contexto do golpe de 2016².

Considerando a complexidade e a criticidade que envolveu o cenário político, a partir do golpe de 2016, no Brasil, percebemos a presença de preceitos ultraneoliberais³, evidenciados fortemente a partir da posse do atual presidente, que instaurou, estrategicamente, uma guerra latente do Estado contra a educação, sobretudo, contra a universidade pública brasileira.

Dentre as inúmeras investidas do atual governo no sentido de desmonte das universidades públicas, estão as tentativas de cercear a autonomia das instituições federais de ensino superior e politizar as nomeações universitárias. Ações ofensivas que põem em risco a liberdade de pensamento⁴ e de construção e reconstrução de identidades e rebatem drasticamente o processo formativo.

Esse cenário se intensifica a partir dos anos de 2020, com a pandemia. Cabe salientar que a OMS, em 11 de março de 2020, declarou o reconhecimento da Pandemia, com a proliferação do vírus Sars Cov-2, proveniente da China, o qual se torna um vírus resistente com amplo poder de propagação, causador da Covid-19.

O referido vírus difundiu-se rapidamente em todos os países. Ainda sem tratamento profilático cientificamente comprovado, esta doença, que apresenta um quadro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves, trouxe impactos para a realidade socioeconômica brasileira.

Tal cenário tem desnudado as desigualdades sociais, e conseqüentemente tem impactado nos processos de acesso e permanência dos estudantes no contexto universitário. Registra-se que há um crescimento dos índices de desistência e evasão dos alunos motivados por diversos fatores materiais e simbólicos.

Souza (2020, p. 14) reforça esse processo de desigualdade nos riscos de contágio para as classes populares, ao frisar que

É nesta realidade, sob esta forma capitalista de produção e reprodução do ser humano, que nos deparamos com uma pandemia que ameaça a vida: o Coronavírus.

² Diz respeito à configuração política de derrubada do governo democrático realizada por meio de artifício parlamentar constitucional, construído a partir do avanço do poder da direita conservadora e da intensificação das medidas de desproteção do trabalho.

³ O termo ultraneoliberalismo é utilizado para demarcar a nova configuração do capitalismo, a partir da crise de 2008, com o processo de ofensiva à classe trabalhadora e a ascensão dos neofascistas em vários países do mundo.

⁴ A *Scholars at Risk* trouxe em seu relatório anual, *free to Think*, 2019, a seguinte informação: “autoridades estaduais supostamente invadiram várias universidades em todo o país, questionaram professores, confiscaram materiais e ordenaram que placas consideradas políticas fossem retiradas dos espaços públicos. As buscas surgiram de ordens judiciais emitidas sob uma lei brasileira que proíbe a propaganda política em espaços públicos. No entanto, vários dos materiais em questão não endossaram um candidato ou partido em particular. Em outros casos, as ações das autoridades parecem ter sido conduzidas sem mandado ou com base em evidências pouco claras”. (SCHOLARS AT RISK. 2019).

Apesar da ideia de que o vírus iguala a todos diante do contágio e da morte, sabemos que não é verdade. A população mais pobre está mais disposta à contaminação e à transmissão da pandemia, sem falar da falta de acesso aos equipamentos de proteção e às terapias necessárias ao tratamento.

Cabe salientar que tais riscos de contágios estão associados à impossibilidade de esse segmento de se afastar dos seus espaços de trabalho e precisar se arriscar nos ônibus lotados, criando um ambiente de medo e insegurança para os trabalhadores. Além de observar que nesse contexto de pandemia se intensificam os processos de precarização do trabalho. Segundo Antunes (2019, p.257), a “precarização, flexibilização, desregulamentação, trabalho intermitente, trabalho temporário tendem a ser cada vez mais a regra [...] como o desemprego se amplia enormemente e a legislação protetora do trabalho está sendo toda destruída”.

É nesse contexto de precarização do trabalho e crise sanitária que a classe trabalhadora sofre os impactos da falta de uma política de proteção do trabalho que assegure a adoção das medidas protetivas e a garantia do emprego, decorrentes do agravamento do processo de contágio pandêmico, e do fechamento de várias empresas.

Cabe salientar que essas medidas são fundamentais, mas insuficientes para combater o vírus, enquanto não se amplia o processo de vacinação da população. Sobre a vacinação, pode-se registrar o discurso de ódio que se construiu e a campanha que o atual presidente faz contra o uso da vacina e das máscaras. É importante registrar que o processo de morosidade na efetivação de uma política de vacinação, associado aos riscos de disseminação do vírus, tem sido responsável pela morte de aproximadamente 550 mil pessoas.

É importante destacar que esse cenário crítico da pandemia tem potencializado a face cruel do capitalismo, evidenciado o caráter de classe social, em que se agrava o processo de expansão de contaminação do vírus e do número de mortes, o que não pode ser descontextualizado do cenário socioeconômico do capitalismo, especialmente em sua fase ultraneoliberal na realidade brasileira.

No caso brasileiro, cabe sinalizar que, diferentemente dos demais países, o governo não tem priorizado o processo de enfrentamento do Covid-19, ao contrário, tem desconsiderado as medidas de proteção. Como diz Fontes (2020), vivemos um governo genocida em curso que desprotege as populações urbanas e quilombolas, negacionista, que leva uma política genocida contra o conjunto da população, com a argumentação de que é uma gripezinha, e com isso, avança na sua política de destruição da classe trabalhadora.

Por outro lado, pode-se registrar que esse cenário tem intensificado o processo de aviltamento das condições de vida da classe trabalhadora, e refletindo diretamente nas condições objetivas e subjetivas dos discentes, afinal, muitos desses tiveram suas rendas e empregos comprometidos no contexto pandêmico.

Portanto, pode-se demarcar que essa crise sanitária intensifica os processos de desigualdades, na medida em que não assegura as mesmas condições objetivas de sobrevivência e isolamento social. Afinal, a grande maioria tem que se submeter às condições precárias.

Nessa direção, pode-se registrar que esse processo impacta diretamente na vida dos discentes e conseqüentemente na permanência dos alunos, haja vista que potencializa os índices de retenção e evasão. Diante da impossibilidade de integralizarem o curso, registra-se que muitos desses discentes não têm as condições objetivas necessárias para acompanharem o ensino remoto⁵, o que modifica o processo de reorganização do trabalho e, conseqüentemente, do processo de ensino-aprendizagem.

Diante disto, é possível identificar a tendenciosa adoção de medidas que visam, sobretudo, minar os direitos sociais de acesso à educação, além de fragilizar drasticamente a liberdade das universidades públicas e cercear a autonomia institucional. Igualmente, observamos a descontinuidade de programas voltados para a educação, sobretudo daqueles que são empregados para combater a evasão dos universitários mais pobres, o que tem agravado os entraves no processo de permanência no contexto de pandemia de covid-19.

Assim, registra-se que as políticas de acesso e permanência universitária são capazes de possibilitar a expansão e ampliar a democratização do ensino superior. Entretanto, tornam-se insuficientes, a partir dos processos paulatinos de redução orçamentária, e diante da tendência de retrocesso dessas políticas e expressivo aumento da evasão dos beneficiários desses serviços.

Esse contexto se complexifica mais ainda com aprovação das medidas de contingenciamento dos gastos públicos, que rebatem diretamente na manutenção das políticas de permanência, uma vez que incidem diretamente na ampliação e execução de projetos e na oferta de auxílios, causando o enfraquecimento das universidades públicas e conseqüentemente a ampliação dos índices de retenção e evasão estudantil, impactando na permanência de jovens dos segmentos de classes populares. E com isso, dificultam a realizarem o sonho da graduação e da aspiração de mobilidade social, gerando assim muitas indagações, que serão problematizadas na sequência.

DESAFIOS DO PROCESSO DE RETENÇÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB

O curso de Serviço Social da UFRB, criado em 2008, no contexto do Reuni, possui oferta nos turnos diurno e noturno. É importante registrar que esse programa de expansão universitária instituído

⁵ Em nota publicada em 23/06/2021, a ABEPSS (2021) alerta que “as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem”. Outras preocupações relativas a este processo se referem às condições de trabalho docente e à precarização e intensificação do trabalho a partir da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s), além, inclusive, das questões atinentes à autonomia, democracia e liberdade de expressão nas Universidades.

com o Reuni tem possibilitado ampliação de vagas e também permitindo que as camadas populares acessem as universidades. Por outro lado, é importante destacar que esse acesso não implica a sua permanência. Sampaio e Santos (2015) destacam que:

Para o novo público que chega às nossas instituições públicas de educação superior, resultando do processo de ampliação de vagas e interiorização, diferentes fatores desfavoráveis interagem colorindo o seu processo de afiliação à universidade, descrito por Alain Coulon. Não fazemos aqui um prognóstico sombrio para o futuro acadêmico desses jovens, bem ao contrário. Somos testemunhas da tenacidade com que eles se apegam ao que consideram “uma oportunidade única” em suas vidas (SAMPAIO; SANTOS, 2015, p. 212).

A UFRB foi a primeira universidade pública na Bahia a ofertar o curso de Serviço Social, possibilitando o acesso de estudantes do Recôncavo. Portanto, o curso tem sido referência na entrada de discentes de camadas populares que pertencem às comunidades e aos municípios da Bahia. Ao longo desses 12 anos de existência, tem-se observado o crescimento do fenômeno da retenção dos discentes no curso.

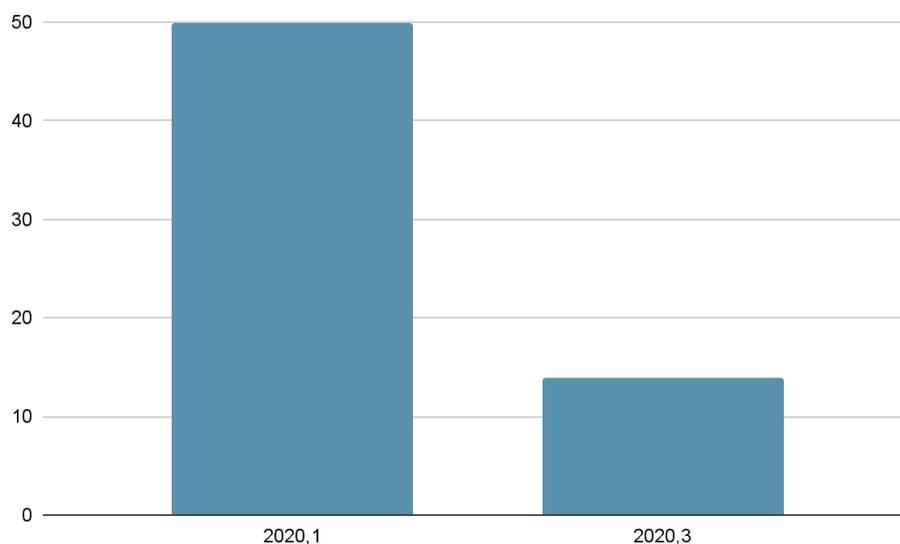
Nesse sentido, pode destacar-se que a conclusão do TCC se torna um desafio, haja vista os problemas associados ao rendimento universitário desses alunos. Observa-se que as condições objetivas e subjetivas devem ser consideradas no processo de análise desses discentes. Portanto, o TCC não pode ser dissociado no projeto de formação profissional, isto é, é preciso compreender este sujeito no contexto de construção social.

Analisar o fenômeno da retenção implica pensar no significado e nas experiências no âmbito da universidade, que é construída a partir do tripé do ensino, pesquisa e extensão, a associação dessas vertentes permite a afiliação estudantil do indivíduo, ou seja, a inserção em grupos de pesquisa e atividades de extensão facilitam o processo de conclusão do curso. Em contrapartida, para grupos específicos, essa realidade é distante, em virtude das condições objetivas e subjetivas para a permanência.

Em março de 2020, registou-se o universo de 50 discentes matriculados no componente TCC II, no semestre de 2020.1. Com o agravamento da Pandemia e a necessidade de adotar medidas para reduzir o contágio, foi decretada a suspensão do semestre. Com o agravamento dos riscos do Covid e consequentemente a necessidade de conter o afastamento social, o semestre foi suspenso com duas semanas de início.

A partir de junho, a universidade inicia um processo de discussão dentro da instituição de uma oferta suplementar, o semestre 2020.3, que prevê a oferta de disciplinas e TCC. Cabe destacar que no semestre suplementar, apenas um reduzido número de discentes realizou a matrícula. Foi representativo o número de alunos que não efetuaram sua matrícula.

Gráfico 01: Matrículas em TCC no semestre 2020.1 (antes da pandemia) e no semestre 2020.3 (ensino suplementar) disponibilizado pelo Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFRB



Fonte: Produzido pelas autoras (2021).

Os dados acima sinalizam que a Pandemia intensificou esse processo de retenção do TCC, especialmente quando se observa que há um número significativo de discentes que ainda não concluíram e que já cursaram mais de três semestres esse mesmo componente. Assim, pode-se destacar que a retenção tem se constituído uma grande preocupação. Pode se inferir, ainda, que essa realidade tem sido permeada por vários determinantes.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que esse cenário de Pandemia introduz o ensino remoto, que implica um processo intenso de reorganização das relações pedagógicas, intermediado pelas tecnologias. Para os discentes, esse contexto tem sido complicado, haja vista que os mesmos são distanciados das bibliotecas e dos contatos diretos. Ademais, muitos têm dificuldades objetivas com o uso das tecnologias e, conseqüentemente, da sua acessibilidade.

Ademais, analisar a retenção implica pensar além dos rendimentos escolares dos discentes, implica pensar na análise sócio-histórica, observando as condições objetivas de sociabilidade que atravessam a formação profissional e interferem no processo de permanência desses discentes. Haja vista que o novo perfil assumido pela universidade brasileira após o processo de democratização do acesso ao ensino superior nos traz a necessidade de refletir sobre os conceitos de permanência e principalmente sobre as questões que implicam a afiliação institucional.

Diante do crescimento dos índices de evasão e retenção dos discentes de Serviço Social no contexto pandêmico, aliado a uma multiplicidade de fatores que impactam a permanência no processo formativo, busca-se compreender os determinantes desses processos, a partir de um estudo de caso

com os discentes matriculados nas disciplinas TCC II, haja vista que dos 50 discentes que estavam matriculados no semestre 2020.1, antes da Pandemia, somente 10 conseguiram finalizar esse processo.

O TCC E OS SEUS DESAFIOS

O processo de formação acadêmica impõe inúmeros desafios, e a permanência, por sua vez, implica substancialmente a conclusão do curso e a continuidade dos estudos no processo acadêmico. Nesse sentido, a adoção de políticas de acesso e permanência foi fundamental para atender as demandas emergentes de ingresso na universidade, sobretudo das camadas mais vulneráveis da população. Essa demanda acarretou na implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶, o Programa de Extensão Universitária (PROEXT)⁷ e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)⁸ democratizando, assim, espaços até então majoritariamente ocupados pelas camadas dominantes da sociedade.

Essas medidas provocaram o aumento do número de instituições públicas de ensino superior, o número de cursos e vagas ofertadas; criaram programas de incentivo à pesquisa; promoveram inovação pedagógica e democratizaram o acesso ao ensino superior. Contudo, é importante destacar que a partir das transformações estruturais dos últimos anos, somadas às mudanças na economia e a crise sanitária, tem-se determinado que um número proporcionalmente maior de pessoas pobres fique sem acesso ao ensino superior comparado ao número de ricos.

A tendência de retenção dos discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que cursam Serviço Social e estão no período de conclusão do curso, restando apenas a produção do trabalho de conclusão de curso (TCC), não deve ser vista como algo isolado. Com o aumento das dificuldades materiais advindas desse cenário pandêmico, entendemos as circunstâncias em que inúmeros discentes se encontram atualmente como sendo de extrema fragilidade, o que compromete a afiliação e conclusão do curso.

Segundo Coulon, a afiliação é o momento em que:

Os estudantes descobrem e aprendem a utilização dos numerosos códigos, institucionais e intelectuais, que são indispensáveis a seu ofício de estudante. Eles

⁶ As ações do Reuni contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

⁷ O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, abrangendo a extensão universitária com ênfase na inclusão social.

⁸ Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. Os principais objetivos da avaliação envolvem melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta, além de promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização.

começam a reconhecer e assimilar as evidências e as rotinas do trabalho intelectual. Um estudante afiliado sabe ouvir o que não foi dito, sabe ver o que não foi designado. Ele sabe transformar as inúmeras instruções do trabalho intelectual em ações práticas: ele descobriu a praticidade das regras e começa a se tornar um membro competente, uma pessoa dotada da cultura exigida, que atribui o mesmo sentido às mesmas palavras e aos mesmos comportamentos. Por afiliação – conceito que utilizei pela primeira vez em um artigo de 1985 (COULON, 1985) –, designo, então, o processo pelo qual alguém adquire um estatuto social novo (COULON, 2017, p. 1247).

Diante desse cenário, a efetividade das políticas públicas é o único meio pelo qual os discentes podem de fato ter condições de permanecer na graduação. Isso, em grande parte, se justifica pela falta de recursos para manter os custos com alimentação, moradia e transporte, medicação e material de estudos, por exemplo, que são completamente relevantes e implicam a permanência do aluno no curso. No entanto, essa não é a única causa da evasão acadêmica, é preciso considerar que o processo de formação nas séries iniciais de grande parte dos alunos vem perseguido de fragilidades e desigualdades estruturais das instituições de ensino básico e médio no país. Característica inerente ao sistema educacional brasileiro.

Estudos sobre permanência sinalizam que, em se tratando de permanência em universidades públicas, esse processo é composto por inúmeras contradições. Nesse sentido, é essencial que possamos buscar uma análise crítica sobre esse processo e não compreender a retenção como um fenômeno isolado e distante da nossa realidade.

Cabe registrar também que a diminuição orçamentária direcionada para as políticas de permanência tem tornado a permanência um grande desafio. Essas tensões atravessam o processo de formação no ensino superior, como consequência, observamos que o número de discentes que concluem a graduação e não dão continuidade aos estudos é muito grande. Esse número se torna ainda mais delicado quando observados os índices de graduados das classes populares que conseguem fazer pós-graduação.

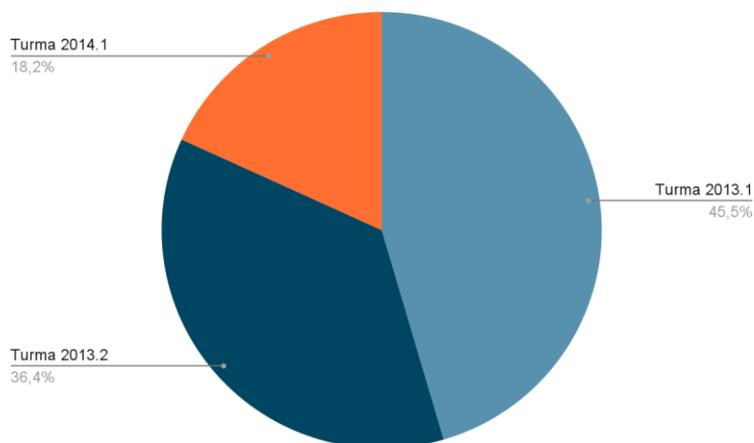
É importante compreender que o cenário anterior à pandemia já trazia essas questões articuladas ao contexto de contrarreforma ultraneoliberal do Estado, o que tornava, portanto, sensíveis as condições objetivas de vida dos estudantes. Isso, somado aos entraves emergentes da pandemia, agudizou ainda mais as dificuldades, as condições materiais e simbólicas de permanência⁹ que impactaram na formação e fragmentaram o seu processo de pertencimento e inclusão na universidade.

No semestre 2018.1, 26 (vinte e seis) alunos ingressaram na disciplina de TCC, no entanto é possível notar o alto índice de reprovação na disciplina, 40%, sem levar em consideração os

⁹ Obviamente são necessárias condições materiais que permitam a subsistência. É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanchar, pagar o transporte etc. Mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, os referenciais docentes etc. Entendemos que a permanência na Universidade é de dois tipos. Uma permanência associada às condições materiais de existência na Universidade, denominada por nós de Permanência Material e outra ligada às condições simbólicas de existência na Universidade, a Permanência Simbólica (SANTOS, 2002, p. 5).

trancamentos. Além disso, outro dado relevante é com relação a turma de origem dos retidos. Neste mesmo período, 45,5% das pessoas retidas prolongaram o seu período no curso em um ano e meio, 36,4% em um ano e 18,2% em um semestre.

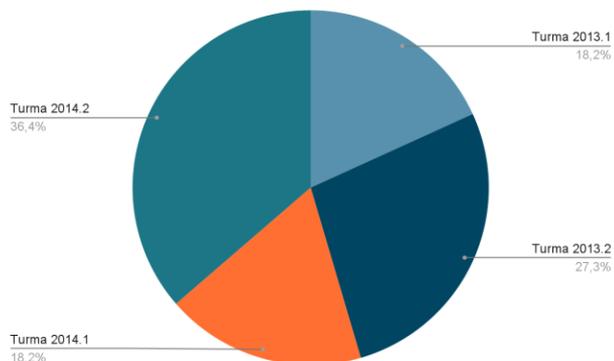
Gráfico 02: Retenção TCC no ano semestre 2018.1 disponibilizado pelo Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFRB



Fonte Secundária: Produzido pelas autoras (2021).

No semestre 2018.2 essa realidade se intensifica, o número de alunos reprovados sobe para 40,9%. Sendo que 18,2% pertencem à turma de 2013.1, 27,3% à turma de 2013.2, 18,2% à turma de 2014.1 e 36,4% à turma de 2014.2. A maioria nesse universo se encontra retida por um semestre a mais do que o tempo normal de integralização, em contrapartida é possível notar um agravante de dois anos a mais de integralização de uma quantidade expressiva de discentes.

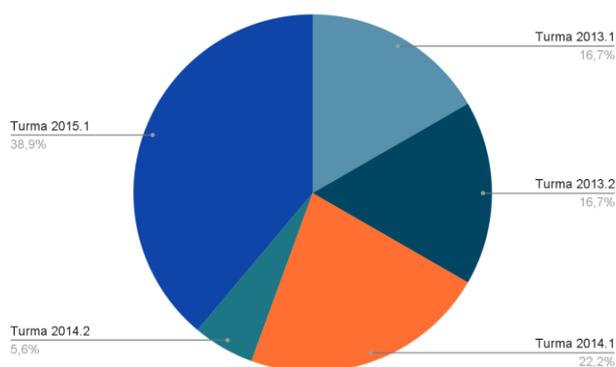
Gráfico 03: Retenção TCC no ano semestre 2018.2 disponibilizado pelo Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFRB



Fonte: Produzido pelas autoras (2021).

Na sequência, no semestre 2019.1, o número de retenção em TCC é equivalente a 50%, ou seja, metade dos alunos que se matricularam não conseguiram defender o seu projeto, sendo que a maioria, 38,9%, se encontra em atraso de um semestre para integralizar. E 16,7% estão no sexto ano no curso, isto é, no período de integralização máximo segundo o Plano Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social¹⁰.

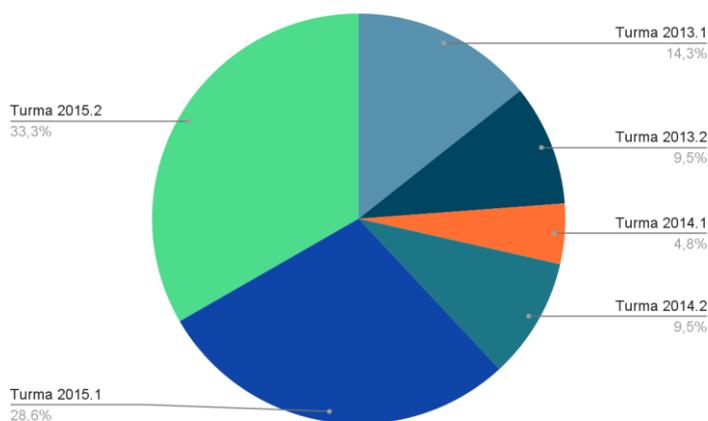
Gráfico 04: Retenção TCC no ano semestre 2019.1 disponibilizado pelo Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFRB



Fonte: Produzido pelas autoras (2021).

No último semestre que antecedeu a pandemia, o número de retenções permaneceu em 50% em TCC. E isso é de extrema relevância, uma vez que esse conjunto de discentes foi formado por mais de 5 turmas, inclusive com pessoas que ultrapassaram em quatro semestres o período designado pelo PPC como máximo.

Gráfico 05: Retenção TCC no ano semestre 2019.2 disponibilizado pelo Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFRB



¹⁰ Cabe sinalizar que o discente tem assegurado o tempo mínimo de quatro anos e o tempo máximo de seis anos para integralização do curso. Esse período pode ser dilatado caso o discente apresente problemas de saúde.

Fonte: Produzido pelas autoras (2021).

Nota-se que a problemática da retenção no componente TCC se complexifica no contexto pandêmico, haja vista que a suspensão das atividades presenciais¹¹ poderia implicar que alunos se afastassem da sua formação e isso consequentemente interferiria na permanência destes.

O retorno das aulas na modalidade remota exigia que houvesse o emprego das tecnologias no processo de ensino, o que obrigou que os discentes se adaptassem de maneira rápida à informatização e tivessem aprimoramento e uma rápida aderência aos novos sistemas digitais. Assim, discentes, docentes e servidores técnicos se viram diante de um grande desafio: além da necessidade de adaptar-se ao contexto de ansiedade e medo causado pela doença, era preciso agora adaptar-se também às novas demandas desse formato de ensino.

É importante pontuar, aqui, que a adoção das aulas remotas foi uma possibilidade que não chegou para todos, pois a realidade dos discentes tema do estudo aqui proposto demonstra que nem todos possuem acesso a computador e à internet, e por isso não conseguiam realizar tarefas básicas como ler o material em pdf para dar subsídio às aulas síncronas. Observamos, assim, que esse processo gerou também uma exclusão de parte dos alunos, pois ele deixa de fora aqueles que não possuem condições objetivas de acessar os meios digitais e não possuem as ferramentas necessárias para conectar-se com qualidade às aulas, o que culmina na fragilização do processo formativo.

O processo de construção do Trabalho de conclusão de curso é uma etapa que exige muito dos discentes. É esse o momento tão esperado em que o aluno põe em prática todas as habilidades desenvolvidas ao longo da graduação na elaboração de uma pesquisa científica que culminará no TCC. Esse é um processo necessário e de extrema importância para a formação acadêmica. A realização dessa etapa tão importante da formação de forma remota trouxe novas demandas aos discentes, isso devido a fatores sociais e até mesmo regionais que limitam o acesso e o uso de equipamentos e ferramentas digitais, sendo que existem ainda as dificuldades inerentes à falta de imersão por parte de um grande número de alunos nesse novo mundo informatizado.

É notável que o cenário de emergência de saúde pública e restrições que se instaurou em todo o país refletiu negativamente no processo de construção de conhecimento. O fechamento das universidades impediu que discentes em processo de finalização do curso pudessem otimizar suas

¹¹ Em 17 de março o Reitor emitiu portaria suspendendo as atividades presenciais na UFRB diante da disseminação do Covid-19. E em abril de 2020, o MEC emite as portarias nº 345 e 356/2020 que autorizam a adoção de atividades pedagógicas não presenciais. Nesse sentido, foi permitido às instituições de ensino adotarem a substituição de disciplinas presenciais por aulas não presenciais, bem como adotarem a substituição de atividades presenciais relacionadas à avaliação, processo seletivo, TCC e aulas de laboratório por atividades não presenciais, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação necessárias; regulamentar as atividades complementares, de extensão e o TCC.

pesquisas, visto que a produção acadêmica exige a contínua orientação docente, viabilizando um diálogo sistemático e contínuo com o objeto investigado.

Devemos pontuar que a retenção no percurso de graduação é vista pelos discentes como um indicador de insucesso acadêmico, visto que ali foram empregados tempo e dinheiro e esse investimento não terá frutos. Essa concepção gera nos discentes reflexos psicológicos que comprometem suas vidas em todos os aspectos. Para Coulon (2017, p. 1247), “os estudantes que não conseguem se filiar fracassam: o ingresso na universidade é em vão se não se faz acompanhar do processo de afiliação ao mundo intelectual em que entraram, frequentemente, sem saber verdadeiramente que estavam entrando”. Portanto, é de suma importância viabilizar o campo propício para que os discentes consigam integralizar o curso dentro do tripé ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante sinalizar que a problematização acerca do processo de retenção dos discentes e conseqüentemente seu prolongamento no curso, haja vista o crescimento dos índices de desistência e evasão dos alunos matriculados no componente de Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), demonstrou que tal situação se agrava nesse cenário de crise sanitária, com a suspensão do ensino presencial e implementação da modalidade remota.

Assim como delineou que os entraves no processo de retenção do TCC são oriundos de diversos fatores. Dentre os quais, destacam-se as dificuldades de conciliar estudo e trabalho, os problemas de sobrecarga de trabalho, dificuldades de introjetar os processos acadêmicos, o acesso limitado a materiais digitais e as dificuldades emocionais para lidar com as exigências e prazos acadêmicos.

Ademais, percebe-se também que o estranhamento diante dessa nova realidade têm impactado de forma diferenciada as dificuldades dos estudantes para lidarem com as condições adversas que são atravessadas pela inserção de classe, gênero e raça e que marcam as múltiplas dimensões da vida universitária, a saber: social, pessoal, acadêmica, vocacional. Tais fatores são imprescindíveis para problematizar o processo de retenção e permanência nesse contexto.

E reafirma-se a necessidade de enfrentar com firmeza os desafios e se posicionar com princípios emancipatórios diante da conjuntura de ataques à educação. Principalmente, diante do ensino remoto emergencial como uma estratégia adotada por grande parte dos cursos diante da impossibilidade de desenvolvimento de atividades presenciais em contexto de pandemia mundial, o que impacta na formação profissional e na retenção universitária na pandemia.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. 2021. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 27/06/2021.

ABREU, Alan. **Estudo sobre a Retenção e a Evasão de alunos do curso de Graduação em Física Diurno da Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado).

ANTUNES, Ricardo. **Podemos viver um ultraneoliberalismo, sob uma ditadura e com respaldo eleitoral**. 8 out. 2018. Disponível em: <https://apufpr.org.br/2018/10/08/podemos-viver-um-ultraneoliberalismo-sob-uma-ditadura-e-com-respaldo-eleitoral-alerta-ricardo-antunes/> Acesso em: 37 jul. 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Casto de; FREIRE, Silene de Moraes (orgs.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneoliberal>. Acesso em: 20/07/2021.

CASTRO, Daniel; DAL SENO, Danillo; POCHMANN, Márcio. **Capitalismo e a Covid 19: um debate urgente**. São Paulo, maio de 2020.

COULON, Alain. A Condição de Estudante: A entrada na vida universitária. Tradução de Georgina Gonçalves dos Santos, Sonia Maria Rocha Sampaio. Salvador, BA: EDUFBA, 2008. 278p.

INSTITUTO BUTANTÃ. **Quais são as formas de prevenção?** Disponível em: <https://coronavirus.butantan.gov.br/>. Acesso em: 21/06/2021.

FONTES, Virginia. Prefácio na Tragédia da Pandemia. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Casto de; FREIRE, Silene de Moraes (orgs.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneoliberal>. Acesso em: 15/07/2020.

MENEGON, Lizandra da Silva, SILVEIRA, Andréa Luiza da. MENEGON, Fabrício. **Reforma Trabalhista e Terceirização: Da precarização aos acidentes de trabalho**. Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde da UNIARP. v.9, n.2, (18) 2019.

MOREIRA, Elaine; GOUVEIA, Racher [et al.]. **Em tempos de pandemia: proposta para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Escola de Serviço Social, 2020.

Revista Scholars At Risk 2019. New York, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/manage/>. Acesso em 12/07/2021. Acesso: 29/06/2021

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; SANTOS, Georgina Gonçalves dos. **Atos de Pesquisa em Educação**. - ISSN 1809-0354 Blumenau, v. 10, n.1, p.202-214, jan./abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2015v10n1p202-214>.

SANTOS. Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudos negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2002. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em: 07 jul. 2020.



SANTOS, Dyane Brito Reis. **CURSO DE BRANCO**: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de saúde da universidade federal do recôncavo da Bahia (ufrb). Revista Contemporânea de Educação vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017. Disponível em: Acesso em 07 jul, 2020. <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3229>.

SOUZA, José Neivaldo de. Covid-19 e capitalismo: uma visão. *In*: CASTRO, Daniel; DAL SENO, Danilo; POCHMANN, Márcio. **Capitalismo e a Covid 19**: um debate urgente. São Paulo, maio de 2020.